

O OUTRO LADO DA FRONTEIRA – MEMÓRIA DE ESPAÇOS, IMAGENS E DIÁLOGOS A PROPÓSITO DA GUERRA CIVIL ESPANHOLA

Maria Fernanda Sande Candeias
Mestre em História Contemporânea

*Arde a seara, mas não arde o grão
Que o sol da vida faz nascer de novo!
Morrem filhos e filhas da Nação,
Não morre um povo.*
Miguel Torga!¹

A PROPÓSITO DA GUERRA CIVIL DE ESPANHA (GCE)

Centremo-nos no olhar de um jovem que observa Guernica de Picasso. Vejamo-lo a reconhecer o tormento na pintura mergulhada em branco, em preto e no cinzento das cores. Alguém lhe explica a importância desta obra, bem como os seus diferentes significados. Procura-se que veja, que assimile a representação da violência, da perda e da dor, para que estas não se repitam. No olhar daquele jovem reside muito do que aqui queremos falar. Porque este jovem tem a sua história, a sua origem e o seu contexto. No seu olhar estará tudo isso – o que já sabe e o que está disponível para saber, quem sabe, guiado por outros olhares. Levamo-lo connosco e, em conjunto, focamo-nos na Guerra Civil de Espanha – alvo desta nossa reflexão - enquanto exemplo de um acontecimento traumático que transcende, claramente, o seu tempo e o seu contexto geográfico.

A presença deste devastador acontecimento na nossa memória deve-se, também, ao contributo da Arte, da Fotografia e da Literatura. Já observámos *Guernica*, de Picasso, reconhecendo que contribuiu para imortalizar cenas da guerra de uma forma única, inserindo-as na memória coletiva – esta é, certamente, umas das obras de arte, do Século XX, mais vistas e estudadas.

(1) Miguel Torga, *A Criação do Mundo*, D. Quixote, 2013, p.235.

Folheemos agora as páginas de uma revista que nos mostra fotografias que também reconhecemos, pois estão alojadas no nosso imaginário: Robert Capa e a “Morte de um miliciano” ou, ainda, “Amamentando o seu filho”, a imagem pungente de David Seymour - ambas de 1936. Através delas somos transportados para a dimensão pessoal da guerra - somos marcados pela sua crueza e intensidade² e lembramo-nos de outras, muitas, que se repetem demasiadas vezes, ao ponto de as confundirmos, mesmo que queiramos fugir à banalização das imagens de violência.



Revista Vu de 23 de setembro de 1936

(2) Susan Sontag faz uma reflexão muito interessante a este respeito em *Olhando o Sofrimentos dos outros*, publicado pela Editora Quetzal, em 2015. Neste livro, a autora volta ao tema das representações visuais da guerra e da violência na nossa cultura, aludindo à iconografia sobre o tema, nomeadamente às pinturas de Goya e à Guerra Civil de Espanha.



Revista Regards de 14 de maio de 1936

Há uns anos escrevemos *Os Silêncios dos Wehmeyer*³. Não resistimos à escrita ficcional, baseada numa história verídica complexa, com factos históricos associados à GCE. Parte da história passa-se em Málaga, num cenário de guerra múltiplas vezes estudado e representado. Queríamos contar uma história, partilhar um olhar pessoal do tema em que havíamos mergulhado desde 1997. Antes, tínhamos lido nos versos de Lorca e de Miguel de Unamuno a crueza do desespero, do amor e da esperança e devorado, com entusiasmo, “Por quem os sinos doam”⁴, de Hemingway. Conhecíamos, enfim, um conjunto de referências construídas por outros e outras muito nossas, muito pessoais - estas resultaram da nossa investigação de campo⁵, na raia alentejana - quando

(3) Maria Fernanda Sande Candeias, *Os Silêncios dos Wehmeyer*, Ego Editora, 2016.

(4) Ou ainda, a figura heroica do médico Norman Bethune, de nacionalidade canadiana, que serviria de inspiração a uma excelente interpretação de Donald Sutherland em *Bethune* (1977), e, depois, Bethune, *The Making of a Hero* (1990), com o mesmo ator.

(5) Maria Fernanda Sande Candeias, *O Alentejo e a Guerra Civil de Espanha: vigilância e fiscalização das povoações fronteiriças*, Dissertação de mestrado em História Contemporânea, apresentada à Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, Lisboa, 1997.

o tema ainda era de difícil abordagem, demasiado próximo para quem era uma prova viva das consequências daqueles acontecimentos.

Sabemos que muito esteve em causa em 1936. O contexto da GCE ensina-nos a ler os sinais de uma conjuntura em que se assiste a um claro desequilíbrio internacional e a uma crise das democracias ocidentais. A fratura advinha-se na Europa enquanto novas alianças se desenhavam com aparente normalidade. No entanto, nada de normal acabaria por acontecer em Espanha, ou na Europa, sobretudo a partir de 1939.



“No pasarán!” ficou imortalizado em Espanha como um lema de resistência

Já muitos e diferentes balanços foram feitos a propósito do conflito espanhol. Eric Hobsbawn⁶ recorda-nos, com enorme realismo, a diversidade e a profundidade das suas consequências:

(6) Eric Hobsbawn, *A Era dos Extremos, História Breve do Século XX - 1914-1991*, Editora Presença, 2008, p.144.

«Na época, a Guerra Civil Espanhola não pareceu um bom presságio para a derrota do fascismo. Internacionalmente, foi uma versão em miniatura de uma guerra europeia, travada entre Estados fascistas e comunistas, os últimos marcadamente mais cautelosos e menos decididos que os primeiros. (...) Terminou em derrota total, várias centenas de milhares de mortos, várias centenas de milhares de refugiados nos países que quiseram recebê-los, incluindo a maior parte dos talentos artísticos e intelectuais sobreviventes da Espanha, que, com raras exceções, haviam ficado do lado da República.»

O exemplo da GCE mostra-nos a importância de valorizarmos a leitura política dos acontecimentos, bem como o custo do silêncio ou da apatia face aos primeiros sinais de ameaça à estabilidade internacional. Na verdade, esta constatação leva-nos a insistir com o jovem de que falámos há pouco, e que agora nos acompanha, na importância da mobilização do conhecimento, parte estruturante da memória, para um exercício crítico constante de análise do presente para efetivamente construir uma identidade que emana de uma cidadania consciente.

JÁ MUITO SE ESCREVEU SOBRE A GUERRA CIVIL DE ESPANHA

Nas sociedades desenvolvidas, os novos arquivos (arquivos orais e audiovisuais) não escaparam à vigilância dos governantes, mesmo se podem controlar esta memória tão estreitamente como os novos utensílios de produção desta memória, nomeadamente a do rádio e a da televisão. Cabe, com efeito, aos profissionais científicos da memória, antropólogos, historiadores, jornalistas, sociólogos, fazer da luta pela democratização da memória social um dos imperativos prioritários da sua objetividade científica.

J Le Goff

Reconhecemos a vastidão da bibliografia relativa à GCE, o que é natural, já que este conflito tem despertado até hoje emoções por parte de muitos que, de diversas formas, foram afetados direta ou indiretamente por ele. Ou seja, podemos mobilizar para a discussão que aqui nos traz, diferentes visões, mesmo que contraditórias, dos acontecimentos que ocorreram entre 1936 e 1939. Estamos longe dos anos 80 ou 90, em que a investigação se fazia recorrendo às limitadas fontes disponíveis – e neste caso, no que respeita a arquivos do

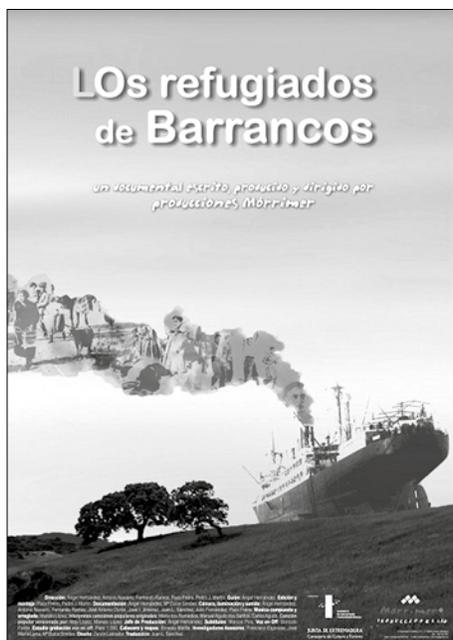
tempo da ditadura, os mesmos foram sendo disponibilizados gradualmente⁷. Desde o período da *Transición* democrática, entre 1975 e 1977, até a um *Pacto del Olvido* sobre o franquismo - o debate que se gerou em torno do acesso à informação, e as críticas feitas a todo o processo, mostram bem a importância estratégica deste tema. Pouco consensual para quem apenas o lê de forma ideológica, tem merecido interpretações exaustivas, dificilmente coincidentes, sobretudo a partir dos anos 90 do século XX quando, segundo Hugo Garcia, se verifica um debate historiográfico em torno do significado do conflito⁸.

Em Portugal, a vasta bibliografia assinala o evidente interesse que o conflito despertou, nomeadamente, entre historiadores e antropólogos. O trabalho relevante de Dulce Simões, de Paula Godinho, entre outros, permitiu uma visão mais abrangente do conflito, já que analisam de uma forma profunda outras dimensões que, a nosso ver, são determinantes para a construção de uma imagem fiel dos acontecimentos e de quem neles participou, muitas vezes de uma forma absolutamente involuntária. Salientamos, aqui, a importância dos testemunhos orais, colhidos de forma sistemática e criteriosa. Estes, independentemente das interpretações historiográficas ou antropológicas, mostram-nos rostos e conferem aos testemunhos um peso objetivo, de quem viveu e fala do que sentiu. Esta forma de *partilhar uma experiência* combate inegavelmente a apatia de quem ouve. Não falamos de concordância, ou tão pouco de alinhamento, antes pretendemos salientar a importância da memória construída a partir do testemunho vivenciado. Reconhecemos nas nossas próprias experiências a veracidade desta afirmação. Não esquecemos, até hoje, os testemunhos que ouvimos há tantos anos, ou os silêncios emocionados ou tão-pouco o olhar incrédulo de quem não entendia o nosso interesse em recordar acontecimentos tão tristes. Temos imagens fixas desses encontros, em Barrancos, Grândola e Mina de S. Domingos. O testemunho oral tem, sem dúvida, um eco dificilmente igualável.

(7) Vale a pena ler o que nos diz Francisco Espinosa Maestre, “La Investigación, del Pasado Reciente: Un Combate por la Historia, consultado a 20 de dezembro de 2019. <http://biblioteca2.uclm.es/biblioteca/ceclm/websCECLM/transición/PDF/02-02.%20Texto.pdf> (consultado a 2 de dezembro de 2019).

(8) Hugo Garcia, *A Historiografia sobre a Guerra Civil Espanhola no início do século XXI*, Revista Relações Internacionais, nº10, junho de 2015.

É, assim, muito interessante resgatar testemunhos, nomeadamente através do recurso ao documentário. Destacamos, a este nível, o documentário *Los refugiados de Barrancos*⁹, pois aborda de forma realista a fuga de centenas de espanhóis para território português na sequência da investida das tropas afetas a Franco, em setembro de 1936, junto à fronteira com Portugal. Destaca, ainda, de uma forma muito interessante, a intervenção humanitária do Comandante da Guarda Fiscal de Safara, o Tenente António Augusto de Seixas, nomeadamente, através da criação de um campo de refugiados perto da localidade de Barrancos para alojar e proteger este grupo de foragidos. Falaremos mais adiante do significado deste campo.



(9) Disponível no YOUTUBE, com legendas em português: <https://www.youtube.com/watch?v=YHByvYhVdKA>

EVITAR O CONTÁGIO

*Amanhã para os jovens, os poetas explodindo como bombas,
Os passeios à beira do lago, as semanas de perfeita comunhão;
Amanhã, as corridas de bicicletas,
Pelos subúrbios nas noites de verão. Mas hoje, a luta.*

W.H. Auden¹⁰

Pensemos por uns momentos no que significou para o Estado Novo o conflito em Espanha. Melhor, no que significou, antes de mais, um governo de Frente Popular no único território com o qual Portugal tem fronteiras. A conclusão é óbvia, mesmo que tenham existido muitas contradições nas relações entre ambos os países. Na verdade, os motivos que levaram à participação de Portugal no conflito têm sido habitualmente associados às relações próximas com Espanha, apesar de terem existido momentos de inegável divergência ao longo do século XX. Vale a pena recordar, no entanto, que embora independentes ambos os países coincidiram politicamente, durante várias décadas, nomeadamente na declaração de um estatuto de neutralidade ao longo da 2^a Guerra Mundial, ou enquanto estados autoritários em plena Guerra Fria.

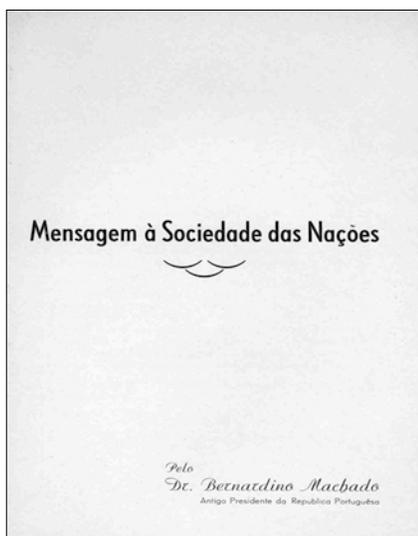
O Estado Novo não consegue disfarçar um inequívoco desconforto face a um conflito tão próximo do território nacional. Com o início da GCE, a 18 de julho de 1936, adivinhava-se a entrada de milhares de foragidos em território português, pelo que foi notório o esforço de reforçar os postos de vigilância, conforme documentámos na nossa investigação¹¹.

Se recuarmos ao início de 1936, meses antes do início da Guerra Civil, e logo após a vitória dos Republicanos em Espanha, encontramos as autoridades portuguesas empenhadas na propaganda, nomeadamente através da imprensa, procurando denegrir os republicanos, dizendo que estes defendiam a «internacionalização do comunismo”, que eram «partidários da desordem e das ideias dissolventes» e que ambicionavam, certamente, invadir Portugal de forma a tornar ambos os países uns satélites de Moscovo. É neste contexto que as estruturas locais da Legião Portuguesa, e da União Nacional, orga-

(10) W.H. Auden, *Espanha*, 1937.

(11) Maria Fernanda Sande Candeias, *Op.cit.*

nizam diversas manifestações de enaltecimento dos feitos do Estado Novo, das conquistas dos nacionalistas em Espanha e à crítica da mensagem e feitos dos “marxistas”. Os comícios anticomunistas são momentos altos destas iniciativas doutrinárias, já que ocorrem um pouco por todo o país. A ameaça comunista, inflamada, nomeadamente, pelas estruturas dos legionários, disseminou o discurso do inimigo comum, a combater por todos. Naturalmente, o governo português viu nesta estratégia uma forma de aglutinar as massas em torno da política nacional e de fortalecer os ideais do Estado Novo de uma forma muito significativa.



Mensagem do Antigo Presidente de Portugal, Bernardino Machado, à Sociedade das Nações, na qual protesta contra o apoio dados pelas ditaduras aos insurrectos espanhóis.

Em consequência, logo no início do conflito, assistimos à generalizada preocupação dos governantes face a acontecimentos que previsivelmente poderiam contaminar solo nacional. Pedro Teotónio Pereira¹² salienta mesmo, no contexto dos tumultos que ocorriam em Badajoz, em 1936, e que terminariam num massacre generalizado, que o «Governo português (...) está na disposição de oferecer ao Governo de Madrid e sob a fiscalização do seu adido militar em Lisboa, os elementos militares necessários para restabelecer imediatamente a ordem naquela região e entregar a mesma às autoridades que o governo espanhol para ali enviar.» O que estava em causa, claramente, era a preocupação em confinar os tumultos a Espanha, evitando a todo o custo o possível contágio ao território português. De salientar que Oliveira Salazar assumira, entretanto, a pasta da Guerra – o que se manterá até 1944 – e enquanto Chefe do Governo procura fazer frente à «ameaça vermelha», acumulando também, a pasta dos Negócios Estrangeiros (já acumulara anteriormente as Finanças).

A partir de Agosto de 1936, os conflitos na fronteira aumentam, bem como a entrada de refugiados espanhóis. Em resposta, verifica-se um endurecimento da posição portuguesa e, com ela, a recusa de entrada em Portugal.

(12) Carta escrita pelo Ministro do Comércio e Indústria, Pedro Teotónio Pereira, em 29 de Julho de 1936. Nesta, mostra a preocupação da «Nação Portuguesa» com «os acontecimentos que enchem de luto a vida de Espanha e faz todos os votos para que a nação irmã regresse em breve a uma vida de paz e harmonia entre os seus cidadãos». E acrescenta: «Certamente o Governo de Madrid não tem conhecimento de actos de banditismo que há alguns dias veem sendo cometidos em algumas localidades da província de Badajoz que teem tranzido de horror e de indignação as populações portuguesas da zona fronteiriça.» Cf.: *Correspondência de Pedro Teotónio Pereira para Oliveira Salazar (1931-1939)*, Lisboa, Presidência do Conselho de Ministros, vol.1, 1987, docs. nº. 27a, p.47.



1ª página do jornal *Diário de Lisboa*, 15 de Agosto de 1936

Centrando-nos na região alentejana, destacamos dois significativos testemunhos que nos mostram como a *questão comunista* foi sendo encarada e refletida. Em 1936 (janeiro e fevereiro), o Governador Civil de Beja, João Pulido, assinala em relatório¹³ que «têm aparecido uns pequenos sintomas que mostram claramente que tem tido a sua influência sobre este sector político o exemplo e os acontecimentos de Espanha». Sugere o acréscimo de vigilância, com o aumento de efetivos da Guarda Nacional Republicana e da Polícia de Segurança Pública. O que estava em causa era a alteração da ordem pública, o que na ótica de João Pulido já era visível, nomeadamente «com o assalto a uma Igreja de Serpa e a descoberta de células comunistas em Baleizão».

Por seu turno, em abril de 1936, o capitão Clemente José Juncal¹⁴ não resiste em fazer um diagnóstico muito interessante relativamente a possíveis causas que poderiam explicar a adesão do povo alentejano às ideias comunistas:

(13) Maria Fernanda Sande Candeias, *Op. Cit.*, p 121.

(14) ANTT, Ministério do Interior, Gabinete do Ministro, M. 483.

«É nas secções fronteiriças de Estremoz e Reguengos onde se tem feito e continua a fazer, a propaganda comunista, nomeadamente nos concelhos raianos de V. Viçosa, Reguengos e Mourão. Efetuaram-se 40 prisões (...). Há uma causa, talvez a principal, do êxodo da classe trabalhadora para as fileiras do comunismo, principalmente na província do Alentejo e sem ela a gente humilde alentejana pouco dada a aventuras e agarrada como nenhum outro povo à sua terra e cuja única felicidade é terem trabalho garantido, pão para os filhos poderem beber aos domingos uns copos de vinho na Taberna, não se entusiasma com as promessas dos agentes da Rússia e de Espanha e continuaria vivendo tranquila e feliz na terra dos outros e em proveito a ocasião para a expor aqui: Há por este vasto Alentejo muitos e abastados lavradores dignos da mais extrema admiração e elogios e credores da amizade dos seus assalariados (...). Mas há outros e estes constituem infelizmente o maior número, esquecem e não lhes serve de exemplo o mal de que estão sofrendo os lavradores espanhóis, pela prática dos mesmos usos (...), despedem os seis trabalhadores logo que o mau tempo os impede de trabalhar na lavoura, pagam ridículos salários que descem muitas vezes, segundo a ocasião melhor ou pior para explorarem (...). São estes avarentos e maus portugueses, os principais causadores da fuga da humilde gente dos campos para o comunismo, levados pela má conselheira fome que os agentes do comunismo têm sabido aproveitar (...)».

Quando chegamos a julho do mesmo ano, as relações estavam particularmente tensas entre ambos os países. O governo espanhol acusa as autoridades portuguesas de conferir um tratamento desigual a espanhóis que entrassem em Portugal – nacionalistas ou republicanos – em procura de abrigo ou refúgio. A verdade é que a troca de acusações leva a que o governo português, através do Ministério da Guerra declarasse, em Outubro de 1936, que não entraria ninguém em território nacional e que seriam efetuados disparos de forma a barrar a entrada a quem não respeitasse a fronteira. Toda esta situação levou à negociação entre ambos os governos e a que fosse acordado o transporte de refugiados para o Porto de Tarragona. Apesar desta situação ter ocorrido, sabemos que muitos refugiados foram entregues diretamente aos nacionalistas na fronteira. Na verdade, existia uma clara diferença no tratamento de civis e de militares e esta realidade determinou o destino de muitas centenas de pessoas.

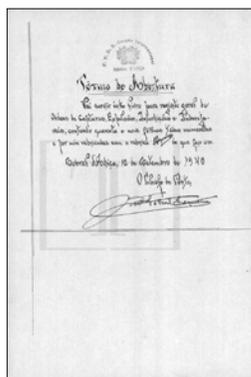
A memória daquela época foi, durante muito tempo, guardada por aqueles que no contexto do conflito viram o seu quotidiano profundamente alterado. Mais do isso, assistiram e foram vítimas, nomeadamente, da perda de

familiares, capturados na rede de contrabando que há muito se tinha instalado na raia alentejana, em torno do Guadiana. Na Mina de S. Domingos, entre acusações de apoio aos republicanos e à prática de atividade ilegais, o certo é que famílias inteiras seriam truncadas e marcadas por um conflito sangrento que parecia não ter fim. Recordamos que os núcleos mineiros de S. Domingos, Corte de Pinto e Morianes foram alvo de frequentes buscas domiciliárias, em regra devido à suspeita de acolhimento de refugiados e de material de propaganda comunista.

O REFÚGIO PORTUGUÊS

Saliente-se que nem todos os foragidos espanhóis eram capturados à entrada de Portugal. Muitos conseguiam inclusivamente contornar as autoridades através do apoio das populações fronteiriças que os escondiam em suas casas, até que o perigo desaparecesse. Assim, muitos permanecem em Portugal vivendo da pesca e da caça, da preciosa ajuda das populações locais e de roubos pontuais – estes últimos foram amplamente divulgados pelas autoridades locais que, desta forma, pretendiam incutir nas populações o medo de ajudar aqueles que personificavam a destruição do país vizinho.

A maioria dos refugiados espanhóis entram em Portugal pela via terrestre, maioritariamente entre julho e dezembro de 1936, o que não invalida entradas pontuais e esporádicas nos próximos anos. A via fluvial era particularmente perigosa, sobretudo a nado e, quando tal se verificou, deveu-se sobretudo ao desespero e à fome.



PVDE- Livro de Registo de Ordens de Captura, Expulsões, Interdições e Indesejáveis, 1927-1939, Posto de Sobral da Adiça.

A entrada de alegados marxistas espanhóis em território português foi encarada de uma forma diferente entre julho e outubro de 1936. Inicialmente, os refugiados ficavam em regime de detenção até se proceder à sua concentração em qualquer localidade. Não lhes eram feitos abonos em dinheiro, sendo-lhes oferecida alimentação e alojamento correspondente à sua condição, bem como roupas brancas, quando necessário. Entretanto, aqueles que se encontravam nos campos de refugiados da Coitadinha e Russianas, ambos na região de Barrancos, recebiam um tratamento muito diferente daquele que tinha sido estipulado em julho de 1936.

O Comandante da Polícia de Segurança Pública de Beja informa o Ministério do Interior¹⁵, em 15 de outubro de 1936, que, conforme definido, os foragidos espanhóis capturados em território nacional tinham sido devolvidos a Espanha:

«Cumpre-me comunicar a V. Exa. Que durante os dias 8 e 9 do corrente e na noite do 1º deste dia, acompanhado de 8 guardas desta Corporação promovi a remoção para Moura de 1009 espanhóis dos campos da Coitadinha e Russianas no Concelho de Barrancos e distado daquela povoação 60kms, tendo-os reunido na praça de touros. Dirigi o embarque dos mesmos para o comboio que os conduziu a Santa Apolónia, donde embarcaram no paquete Niassa com destino a Terragona».

Verificou-se que ao longo de uma vasta área que se compreende entre Moura e Mértola, as entradas de refugiados são constantemente referidas com preocupação pelas autoridades, nomeadamente pela Guarda Fiscal de Safara, que esteve particularmente ativa ao longo de todo o conflito. Por seu turno, localidades espanholas, como Ensinasola, Oliva e Rosal de la Frontera, Jerez de los Caballeros ou Aroche, motivaram grandes preocupações, pois era a partir delas que se verificava um verdadeiro êxodo de refugiados republicanos para terras portuguesas, levando a uma apertada vigilância das forças policiais e militares presentes na fronteira.

(15) Maria Fernanda Sande candeias, Op.cit., p. 130.

Uma última palavra, para destacar a importância destes trágicos acontecimentos ainda serem recordados hoje. Por ocasião da comemoração do 80º aniversário da partida dos 1.020 refugiados republicanos que tinham sido acolhidos nas herdades da Coitadinha e das Russianas em Barrancos, para Tarragona, os municípios de Barrancos (Baixo Alentejo) e de Oliva de la Frontera (Badajoz) organizaram as Jornadas: *Memória da Guerra de Espanha na Fronteira do Baixo Alentejo - 80 anos depois (1936-2016)*¹⁶. A preservação da memória destes acontecimentos remete-nos para o início desta reflexão. Talvez porque um povo sem memória seja um povo sem identidade, ou porque a história nos ensina que há uma clara probabilidade de repetirmos os mesmos erros, a verdade é que nos merecem o devido aplauso eventos que suscitem o estudo, o pensamento e análise de acontecimentos marcantes, como foi a GCE e, em particular, o internamento destes refugiados em campos confinados.



(16) Acessível aqui: <http://www.parquenouadar.com/pt/novo-percurso-pedestre-campo-de-refugiados-guerra-civil-espanha/> (consultado a 10 de fevereiro de 2020).

NOTAS FINAIS SOBRE A MEMÓRIA HISTÓRICA

A memória, onde cresce a história, que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado para servir o presente e o futuro. Devemos trabalhar de forma a que a memória coletiva sirva para a libertação e não para a servidão dos homens.

J. Le Goff¹⁷

Os Portugueses têm memória dos acontecimentos, quer porque participaram diretamente, no conflito, quer porque indiretamente foram afetados por ele. A verdade é que o desfecho da GCE contribui decisivamente para a manutenção da ditadura em Portugal e para a cumplicidade nem sempre linear que se verificará entre os dois países ao longo de mais de quatro décadas.

Olhando para trás, passados mais de vinte anos após a apresentação do trabalho “O Alentejo e a Guerra Civil de Espanha, Vigilância e Fiscalização das Povoações Fronteiriças”, verificamos com particular agrado, a publicação de estudos desassombrados que recorrem a testemunhos orais - uma fonte essencial para uma verdadeira avaliação do impacto da GCE.

Em 1997, o acesso a fontes era muito limitado. Recordamos, ainda hoje, a dificuldade em aceder localmente à documentação e, também, que este acesso dependia não só da boa vontade de quem dirigia arquivos municipais e distritais, mas sobretudo da disponibilidade de muitos funcionários que, transportando com esforço a pesada documentação, nos acompanhavam diariamente na procura de informações. No Alentejo, a investigação decorreu durante anos e o tema cativava, nomeadamente em locais próximos à fronteira, onde o conflito era lembrado por uns e por muitos deliberadamente esquecido. Não nos referimos a questões ideológicas, mas antes a perdas que ainda condicionavam o presente de muitas famílias. Em Mértola, Mina de S. Domingos ou em Barrancos, o tema *Guerra Civil de Espanha* foi muitas vezes abordado com nítido desconforto enquanto procurávamos esclarecer localmente o fio dos acontecimentos.

(17) Jacques Le Goff, “História”, in Enciclopédia Einaudi, vol.I, Porto, Imprensa Nacional, 1984, p.166.

Nesta reflexão procurámos, uma vez mais, resgatar a memória e o impacto dos acontecimentos que há tantos anos investigámos: sugerindo uma especial atenção ao significado histórico da permanência dos refugiados em território nacional e à forma como os governos peninsulares geriram a questão; sugerindo, também que, tal como dissemos ao jovem que nos acompanha nestas linhas, olhemos com atenção para o presente, mobilizando o passado. Não será difícil reconhecer muitas semelhanças em fenómenos que emanam de uma aparente banalização do mal – adaptando a expressão criada por Hannah Arendt, referindo-se a outro contexto, igualmente traumático.

Vale a pena ouvir César Oliveira¹⁸ referindo o papel marcante da GCE para toda uma geração:

«Durante perto de três anos a Guerra Civil de Espanha esteve no fulcro da política externa de todas as potências mundiais, ocupou o cerne das discussões políticas, a primeira página de todos os jornais do mundo, desencadeou paixões e ações arrebatadas, gerou violências e injustiças, forjou ódios e apelou a todas as espécies de heroísmo individual e coletivo, mobilizou intelectuais, escritores, poetas, artistas, homens e mulheres da Europa, das Américas, das sete partidas do Mundo; proporcionou aventuras, criou espaço ao romantismo político (...). A Guerra Civil de Espanha foi a última das guerras ideológico-religiosas europeias a que nenhum homem ou mulher da Europa dos anos trinta conseguiu ficar indiferente. Ela marcou, de uma ponta à outra da Europa, toda uma geração».

As marcas de que fala César Oliveira remetem-nos para uma das nossas preocupações - como gerir a memória disponível, ou melhor, como motivar para uma gestão consciente, cívica, daquilo a que chamamos memória. Uma das questões que pretendemos marcar é exatamente o papel da investigação para a construção de uma memória histórica, pois sem ela tememos que a consciência cívica esteja claramente amputada de uma das suas âncoras principais. A este propósito, Dulce Simões¹⁹ coloca a questão de uma forma muito

(18) César Oliveira, *Salazar e a Guerra Civil de Espanha*, Lisboa, O Jornal, p.140.

(19) Simões, Dulce. "Movimentos Públicos e Memórias Privadas: Silêncios e Discursos Da Guerra Civil Espanhola." *Cadernos CERU* (2009): https://www.academia.edu/1613610/Movimentos_P%C3%BAblicos_e_Mem%C3%B3rias_Privadas_sil%C3%A2ncios_e_discursos_da_guerra_civil_espanhola?auto=download (consultado a 2 de janeiro de 2020)

interessante ao destacar as dinâmicas que se criam entre os movimentos públicos e as memórias privadas face aos acontecimentos da GCE.

Em suma, a informação pode ser encontrada facilmente, bastando uma condição prévia: a curiosidade, ou a necessidade de saber mais. Porque a necessidade também se promove - dizemos ao nosso jovem - e insistimos que sempre valerá a pena investir no conhecimento enquanto elemento fundador de uma memória coletiva.

Porque há esquecimentos que acarretam custos demasiado elevados, como nos diz Jacques Le Goff²⁰:

«A memória coletiva foi um importante elemento da luta das forças sociais pelo poder. Tornar-se senhor da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas. Os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores desses mecanismos de manipulação da memória colectiva.»

Enfim, existem hoje em dia múltiplos recursos que nos permitem mergulhar nos acontecimentos e, com eles, entender a natureza do fenómeno político e a conjuntura que o desenhou. Temos protagonistas identificados e testemunhos recolhidos. Existem, ainda, em diversos suportes, registos de sobreviventes que mostram a face do terror vivido. Seria expectável aprender com eles, ensinar os nossos jovens a construir um novo caminho, distante daquele que foi trilhado entre 1936 e 1939, e que se ampliou de forma assustadora na 2ª Guerra Mundial. Ou ainda, valeria a pena ponderar o impacto e o significado daqueles acontecimentos para as gerações que os não viveram. Como promover uma leitura dos factos sem que a mesma seja contaminada por leituras engajadas que, inevitavelmente, acabarão para servir mais uns dos que outros?

Olhemos para trás e reconheçamos os sinais preocupantes que há já algum tempo ameaçam a estabilidade de uma Europa que conseguiu emergir de duas guerras e que, aparentemente, não conseguiu plantar nas consciências dos seus cidadãos o valor inequívoco da liberdade e da democracia. Terá razão Mark Twain quando nos diz que “a história não se repete, mas rima”?

(20) Jacques Le Goff, Op. cit., p.166.

BIBLIOGRAFÍA

CHALANTE, Susana (2008) *Estado, Estrangeiros e Fronteiras nos Inícios do Estado Novo (1927-1939)*, Tese de mestrando, Lisboa, ISCTE.

DELGADO, Iva (1980) *Portugal e a Guerra Civil de Espanha*, Mem Martins, Publicações Europa-América.

ESPINOSA, F (2007) *De saturaciones y olvidos. Reflexiones em torno a un pasado que no puede pasar*. HISPANIA NOVA. Revista de Historia Contemporánea. Número 7.

ESPINOSA, F (2003) «Historia, memoria, olvido. La represión franquista». In AA.VV. – *Memoria y Olvido sobre la Guerra Civil y la Represión Franquista*, Lucena.

ESPINOSA, F (2003) *La Columna de la Muerte. El Avance del Ejército Franquista de Sevilla a Badajoz*. Barcelona: Crítica.

FARIA, Fábio Alexandre (2017) *Refugiados em Portugal. Fronteira e Vigilância no tempo da Guerra Civil de Espanha (1936-1939)*.

FERRO, António (1982) *Salazar, o Homem e a Sua Obra*, Lisboa, Fernando Pereira.

LOFF, Manuel (2006) “A memória da Guerra de Espanha em Portugal através da historiografia portuguesa”, in *Ler História*, nº51, Lisboa, pp. 77-131.

- (2008) *O Nosso Século é Fascista! O Mundo Visto por Salazar e Franco (1936-1945)*, Porto, Campo das Letras.

LOPES, Moisés Alexandre (2017) *Refugiados espanhóis em Portugal (1939-1939). O caso de Elvas*. Dissertação de mestrado em História Moderna e Contemporânea, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

OLIVEIRA, César (1987) *Salazar e a Guerra Civil de Espanha*, Lisboa, o Jornal.

PAYNE, Stanley (2005) *El Colapso de la República. Los Orígenes de la Guerra Civil (1933-1936)*, Madrid, La Esfera de los Libros.

RIBEIRO, Maria da Conceição (1995) *A Polícia Política no Estado Novo (1926-1945)*, Lisboa, Estampa.

ROSAS, Fernando (2018) *Salazar e o Poder, A Arte de Saber Durar*, Lisboa, Tinta da China.

- (1986) *O Estado Novo nos Anos Trinta*, Lisboa, Estampa.

SIMÕES, M. D. (2018) Exilados e refugiados na fronteira luso-espanhola do Baixo Alentejo, nos séculos XIX e XX. *O Pelourinho - Boletim de Relaciones Transfronterizas*, (22), 95-122.

- (2012) «Memórias da guerra civil de Espanha em Barrancos», *Ler História* [Online]